

Mariana e a distribuição da riqueza: bens e fortunas dos juizes de paz¹

Joelma Aparecida do Nascimento
Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora

RESUMO: As tramas suscitadas em torno da administração da Justiça no Brasil e a aplicabilidade da justiça local eram para os tão conturbados primeiros anos do século XIX pouco esclarecidas. Para fugir da morosidade que reinou por todo o período colonial foram criados novos oficiais: os juizes de paz, eletivos nas vilas e cidades de todo o Império. Procuramos salientar quem eram estes representantes da justiça, a hierarquização econômica e a composição da riqueza reveladas na análise dos inventários *post-mortem*, testamentos e listas de habitantes para os eleitos na região de Mariana, nas Minas Gerais, entre 1829-1841.

PALAVRAS-CHAVE: Eleições locais, fortuna, economia mineira.

Área Temática: História econômica e demografia histórica

¹ O Presente trabalho corresponde a algumas das discussões que balizam nossa pesquisa de Mestrado na Linha de pesquisa Poder, Mercado e Trabalho pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Introdução

Após a independência da América portuguesa, em 1822, várias mudanças políticas e administrativas foram implementadas. Em 1824, pela Constituição do Império, deveriam integrar o Poder Judicial: um Supremo Tribunal de Justiça na capital do Império, Tribunais de Relação nas províncias, Juizes de Direito, Juizes de Paz e Júri Popular.²

A regulamentação do Juizado de paz somente ocorreu em 1827, pela qual tornou-se obrigatória a conciliação das partes nos processos judiciais, sendo esta a função primeira a ser desempenhada pelos juizes de paz. A lei de 1827 ocasionou a realização de inúmeras eleições para várias localidades da região de Mariana nas Minas Gerais. Nestas eleições o número de eleitos para cada localidade variou quanto à inteligência das leis, quanto à resolução das suas singularidades em relação ao processo eleitoral, comprovando especificidades locais.

Na análise das Atas de eleições existentes no Arquivo Histórico de Mariana, para um total de 67 eleições, foi possível computar 186 homens votados e, dentre estes, 125 os eleitos, espalhados pelos diversos Distritos do Termo. Na presente análise buscamos lançar luz sobre quem eram alguns destes homens, eleitos para juiz de paz em Mariana entre 1829-1841, nos seus aspectos econômicos, no seu cotidiano e nas suas relações sociais.

O termo de Mariana pertencia a Comarca de Vila Rica. Esta Comarca era dividida em dois termos com uma sede em Vila Rica e outra na Vila de Ribeirão do Carmo. Os termos eram ainda divididos em Freguesias, e estas subdivididas em arraiais, distritos e/ou continentes. Com a criação do bispado, em 1745, a Vila de Ribeirão do Carmo passou à condição de cidade e foi denominada Mariana. No termo de Mariana, devido ao desmembramento de extensas Freguesias, foi ampliado o número de distritos, a partir da segunda metade dos setecentos e início do século XIX. Entre 1750-1808, Mariana contava então com onze Freguesias e quarenta e seis distritos.³

As eleições para juiz de paz deveriam ser realizadas de quatro em quatro anos. Em Mariana nas Atas de eleições redigidas até 1832, ocorreu, como previsto pela Lei de 1827, a eleição de um juiz de paz e um suplente apenas. A partir de 1832, porém, com a promulgação do Código do Processo Criminal, que preconizou a eleição de 4 juizes, verificou-se que quase sempre passaram a serem eleitos os quatro juizes de paz, um para cada ano do quadriênio, apesar ainda de algumas localidades seguirem elegendo um juiz e um suplente somente. Foi constante ainda um mesmo indivíduo permanecer no poder, sendo eleito com frequência.

Na análise das Atas percebemos inúmeras variações. Havia diferenças no número de eleitos por Freguesia. Tais diferenças se justificam por incluir também, além da matriz da Freguesia, o número de eleitos dos distritos pertencentes às mesmas. Ou seja, um mesmo Livro de Ata continha eleições da Matriz e dos distritos pertencentes a Freguesia sendo relatado como se deu a eleição para cada localidade.

A maioria dessas localidades é marcada por uma herança histórica de riqueza, de poder e de hierarquização social, além de constantes subdivisões em suas regiões. Não partimos assim, da subdivisão jurídico-administrativa para a delimitação do recorte

² VIEIRA, Rosa Maria. *O Juiz de Paz: do Império a nossos dias*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002, p.48.

³ PIRES, Maria do Carmo. "Termo de Vila de Nossa Senhora do Carmo/Mariana e suas freguesias no século XVIII". In: *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2008.

espacial, uma vez que o próprio objeto transcende a geografia administrativa complicada, e tanto confusa, como foi possível perceber nas próprias Atas de eleições em que, por diversas vezes, em um determinado distrito não se sabia ao certo a que Freguesia era pertencente, gerando dúvidas para qual Freguesia deveriam ser contabilizados os votos para juiz de paz.

As constantes mudanças políticas e administrativas geradas pelas leis do Império, desmembramentos e a criação de novas localidades, aliadas ao aumento da população livre, pautaram tais divisões regionais nas minas. Estas nuances ajuntadas às alternativas buscadas nesta pequena parcela da sociedade mineira seja pela exploração de um pequeno pedaço de terras, associada ainda a posse de escravos ou aos legados herdados, buscava-se ainda no século XIX a manutenção da herança, do patrimônio e da riqueza.

No entanto, neste contexto de mudanças jurídico-administrativas, em uma estrutura pautada na hierarquização e concentração do poder, e há muito implementada, os indivíduos necessitaram se adaptarem, reproduzindo ou desdobrando tais prerrogativas. Sabemos ainda que, no século XVIII existiu nas minas a preocupação com a distribuição dos cargos municipais para a manutenção da ordem local e do poder dos homens bons. Mas, sabemos também que a vinda dos portugueses para cá gerou a necessidade de se ajustarem, estabelecendo suas estratégias de enriquecimento e de manutenção das suas fortunas.

No século XIX, não somente os inconstantes momentos da vida política e administrativa do período, e das diversas Leis implementadas, como foi a criação do Juizado de paz, a Lei do Regimento das Câmaras Municipais de 1828 e a implementação do Código do Processo de 1832, surtiram efeitos sobre a vida das populações. Mas, também a situação econômica, influenciada pela crise do ouro desde pelo menos a segunda metade do século XVIII, levou os indivíduos a se adaptarem nesta região das primeiras explorações auríferas, local de grande efervescência política e de acúmulo de grandes contingentes populacionais.

1 - Indicativos do perfil sócio-econômico dos juizes de paz em Mariana, 1829-1841

Discussões acerca dos fatores que consubstanciaram a hierarquização social na América portuguesa nos séculos XVIII e início do XIX, apesar de não se terem esgotado, debateu eficazmente o tema em uma vasta gama de trabalhos na historiografia brasileira.

Uma das posições de amplo destaque nestes debates demonstrou como a sociedade estabelecida na Colônia reproduziu, por meio de diversas “estratégias” de ação, seu acesso ao poder, aliando conservação e reprodução. Os trabalhos do historiador João Luis Ribeiro Fragoso, desde a década de 1980, chamaram atenção para aspectos da dinâmica interna colonial e para a economia no Rio de Janeiro dos Setecentos e inícios do século XIX. O autor enfatizou os variados comportamentos da elite daquela sociedade.⁴

Posteriormente, este autor reforçou a idéia do dinamismo da economia e a continuidade e reprodução de uma hierarquia social corroboradas por um universo colonial em expansão e com investimento constante em um modo de produção

⁴ FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul: 1850-1920*. Rio de Janeiro: UFRJ – Departamento de História. Dissertação de Mestrado, 1983. FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Homens de Grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

territorial-escravista e aristocratizante. Firmou-se aí a idéia em relação aos grupos de negociantes e a importância da pesquisa histórica em torno destes homens que constituíram uma elite mercantil.⁵

Segundo Fragoso, a nobreza principal da terra tinha acesso a mecanismos que lhes garantiam crédito, porém e ao mesmo tempo, os grandes comerciantes, detentores do tráfico de escravos, da liquidez do mercado, do abastecimento de alimentos, dentre outros, reclamavam legitimidade social possibilitando alianças com tais fidalgos. A nobreza da terra buscava então, manter sua influência e defender sua posição de conquistadores da terra conforme a concepção corporativa da sociedade de Antigo Regime:⁶

“(...) percebe-se que as mudanças vividas pelo Rio de Janeiro Setecentista surgem como resultado das tensões e das negociações de sujeitos posicionados de formas diferentes na sociedade estudada. A nobreza principal da terra e os negociantes tinham recursos, direitos e obrigações próprios, com os quais estabeleciam suas estratégias de ação na cena social: entravam em atritos e/ou chegavam a entendimentos. Em função disto, tais grupos estabeleciam relações com outros segmentos sociais (...).”⁷

Já para a região das minas um trabalho também condizente com uma análise que corroborou o entendimento da sociedade colonial em sua especificidade e em sua lógica de funcionamento e, do mesmo modo, nos fornece uma visão sobre esta sociedade típica e as mudanças nela ocorridas entre meados do século XVIII e início do XIX, foi o da historiadora Carla Maria Carvalho de Almeida.⁸

Sobre o estudo da reação mineira frente a crise do ouro, a historiadora demonstrou que a historiografia que corrige a idéia de decadência generalizada de Minas Gerais, a partir do contexto da crise da mineração, apresenta um perfil produtivo, comercial e regional diversificados para a economia mineira. A economia mercantil de abastecimento teve capacidade de acumulação suficiente para gerar uma hierarquia social e econômica; ou seja, produziu uma elite social escravista responsável pela grande circulação de mercadorias e riquezas no período colonial e imperial.

Em sua tese, Carla de Almeida elaborou uma periodização para o processo de auge e decadência do ouro, e o de consolidação da economia agrícola de subsistência, para as comarcas de Vila Rica e Rios das Mortes, pelos termos de Mariana, Ouro Preto, São João Del Rei e São José, já que na dissertação concluiu que aquela delimitação temporal (1750-1850) incluiu duas distintas fases da economia mineira permitindo comparar as alterações, as transformações ou as permanências dos fenômenos em função de distintas conjunturas econômicas.

Carla de Almeida revelou o universo dos “*Homens Bons*”. Sob a análise de inventários *post mortem* das duas comarcas, Rio das Mortes e Vila Rica, demonstrou

⁵ FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro: c. 1790 - c. 1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 11-14.

⁶ FRAGOSO, João. “Alternativas metodológicas para a história econômica e social: micro-história italiana, Fredrik Barth e a história econômica colonial.” In: ALMEIDA, Carla de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de, (Orgs.). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006, pp. 38-48.

⁷ *Idem*, p. 41.

⁸ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens Ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas Colonial: 1750-1822*. 2001. Tese (Doutorado)-UFF, Niterói, 2001.

que as atividades comerciais e as unidades produtivas mistas eram as mais lucrativas. A autora reforçou a idéia da capacidade de acumulação das atividades voltadas para o mercado interno e a conseqüente diferenciação social provocada. Seu objetivo foi analisar a estrutura produtiva da capitania de Minas Gerais e a hierarquização social dela decorrente, observando ainda as possibilidades econômicas, abertas para a capitania, no momento de crise da mineração e de um peculiar auge agrário-pecuarista:

“Na região de Vila Rica, contrariamente ao declínio das unidades produtivas com presença da mineração, o número de propriedades agropecuaristas passa do primeiro para o segundo período analisados de 11,4% para 29,1% e as agrícolas de 17,1% para 29,8% (...). Estes dados apontam de forma contundente para o declínio da atividade mineradora na região e para a definitiva mudança de eixo principal da economia da comarca em direção à agropecuária,(...). No Rio das Mortes, embora o número de unidades agropecuaristas diminua proporcionalmente, assistimos ao crescimento considerável daquelas propriedades dedicadas exclusivamente à pecuária ou à agricultura.”⁹

Suas preocupações na tese foram concentradas em demonstrar o perfil social daquela elite mineira hierarquizada, a capacidade de cada membro em estabelecer táticas de casamento, de acúmulo de cargos e privilégios, ou de diversificação de negócios para o sucesso ou não de suas histórias particulares. Enfim, na economia mineira, estiveram presentes movimentação e circulação no mercado interno colonial ao alcance daqueles que obtiveram meios diversos para investir e comercializar.¹⁰

Trabalhando com um grupo mais restrito, mas ao mesmo tempo privilegiado por estar distribuído geograficamente pela região de Mariana, tentamos compreender de uma forma geral a hierarquização social e os meandros da riqueza e da pobreza capaz de criar uma disparidade grande de oportunidades de acumulação. Elaboramos então uma hierarquia de fortunas a partir dos dados dos inventários *post-mortem*. Procuramos visualizar a distribuição da riqueza produzida nesta diversa região.

Preparamos então o quadro a seguir constituído do arranjo das fortunas que conformam a nossa amostragem de inventários na busca por definir o peso das diversas atividades e bens econômicos, e para melhor caracterizar a estrutura econômica vigente. Essa tabela nos permite estabelecer considerações gerais sobre o sistema econômico em questão, como também avaliar as contingentes diferenças no peso dos ativos que compunham a riqueza dos 52 inventariados.

As faixas de fortuna da tabela foram estabelecidas a partir da comparação, guardadas as devidas diferenças, com as faixas definidas por outros autores em trabalhos referentes a outras regiões.¹¹ As duas primeiras faixas de fortuna englobam o

⁹ *Idem*, pp. 100-101.

¹⁰ *Idem*, pp. 225-286.

¹¹ Como foram as análises de Francisco Andrade para regiões do termo de Mariana em: ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Entre a roça e o engenho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Viçosa: Ed. UFV, 2008; as de Marcos Andrade sobre a vila Campanha da Princesa na Comarca do Rio das Mortes em: ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites Regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008; e o trabalho de Kátia Mattoso para a Bahia do século XIX onde poderia ser considerado um homem rico aquele que possuísse mais de 10:000\$000 (dez contos de réis). MATTOSO, Kátia M. de Queirós Mattoso. *Bahia, século XIX: uma província no império*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

que definimos como os pequenos e médios proprietários, aqueles indivíduos possuidores de um patrimônio avaliado em até 12:000\$000 (Doze contos de réis). Os grandes proprietários tinham fortunas que oscilavam entre 12 e 32:000\$000. Chamamos de mais afortunados àqueles possuidores de fortunas acima de 32:000\$000. Conjugamos uma análise comparativa da hierarquização econômico-social entre os inventariados, estando estes juízes de paz espalhados por toda a região do Termo de Mariana.

Quadro 1
Composição da riqueza por faixa de fortuna*

Faixa de fortuna (Contos de réis)	Nº de inventários	Animais	Bens Pessoais	Dinheiro	Dívidas Ativas	Escravos	Instrumentos de Trabalho	Mobílias	Metais preciosos	Terras e imóveis	Utensílios do Lar
Pequenas (até 6 Contos)	19	3:113\$959	1:619\$160	3:711\$615	3:399\$666	35:079\$500	902\$150	434\$0400	611\$345	32:238\$000	411\$490
Médias (6-12 Contos)	12	3:239\$000	2:377\$100	5:895\$800	21:333\$620	45:031\$400	1:062\$720	291\$180	1:707\$992	32:307\$000	251\$460
Grandes (12-32 Contos)	11	14:194\$620	1:917\$250	16:693\$220	53:938\$070	75:375\$000	1:802\$110	1:056\$740	1:434\$080	39:254\$000	1:021\$702
Maiores fortunas (+32 contos)	10	20::910\$000	3:884\$940	7:147\$020	102:370\$400	210:074\$000	1:446\$070	1:404\$520	2:375\$425	91:659\$700	1:326\$180

*Analisamos 54 inventários, porém foram excluídos da amostra 2 inventários que destoavam do conjunto, sendo um, o que somou o monte-mor de apenas 400\$000, e outro em que não foram listados os bens e nem o monte, mas constou somente da petição, aceitação e procuração, sem mais detalhes.

Quanto a posse de escravos, efetivamente, estamos tratando de um grupo escravista. Além, do trabalho da historiadora Carla de Almeida, podemos, destacar as análises dos autores Francisco Eduardo de Andrade e Marcos Ferreira de Andrade, para Mariana e para a vila da Campanha da Princesa na Comarca do Rios das Mortes, respectivamente, como trabalhos que também definiram a propriedade de escravos e o tamanho dos plantéis como determinantes dos contornos socioeconômicos básicos que distinguiam os grupos nas comunidades mineiras na primeira metade do século XIX.

Assim, para uma melhor percepção acerca da posse de escravos para o grupo trabalhado, montamos o quadro abaixo em que a intenção foi de classificar a posse de escravos por faixa de fortuna, visto que trabalhamos com os critérios da divisão de 4 faixas de fortuna para os 52 inventariados. A classificação adotada a seguir permitiu perceber, dentre as faixas de fortuna, quem eram os maiores detentores de escravos e a quantidade de escravos possuídos, pois para se entender o funcionamento de uma sociedade em que se destacara o trabalho escravo é fundamental verificar a posse ou não de cativos.

Quadro 2
Número de proprietários e faixa de escravos por faixa de fortuna

<i>Faixa de escravaria</i>	<i>Faixa de Fortuna</i>							
	Pequenas até 6 contos		Médias 6-12 contos		Grandes 12-32 contos		Maiores +32 de contos	
	Nº de proprietários	%	Nº de proprietários	%	Nº de proprietários	%	Nº de proprietários	%
F1(1 a 5)	8	41,11%	3	25,00%	1	9,09%	-	-
F2(6 a 10)	4	21,05%	-	-	-	-	-	-
F3(11 a 20)	4	21,05%	3	25,00%	6	54,55%	1	8,33%
F4(21 a 30)	-	-	-	-	1	9,09%	2	16,67%
F5(+ de 30)	-	-	-	-	2	18,18%	5	41,67%
Sem escravos	3	15,79%	6	50,00%	1	9,09%	2	16,67%
Total	19	100%	12	100%	11	100%	12	100%

Fonte: Inventários *post mortem* do AHCSM.

O que primeiramente nos chamou atenção nestes dados foi que dentre os 52 inventariados 76,92% dos indivíduos possuíam escravos contra apenas 23,08% (12 juízes) para os que não tiveram escravos no arrolamento dos seus bens, o que nos permite afirmar que estamos frente a um grupo escravista. Apesar de nos inventários contarmos apenas com os bens do falecido ao fim da vida, retratando um momento específico da sua vida material, os números foram bastante expressivos e revelaram a importância econômica deste ativo para este grupo em Mariana, ainda na primeira metade do século XIX.

Um seguinte aspecto relevante foi que para os indivíduos que somaram mais de 32:000\$000 contos de réis em suas fortunas estes concentraram também as maiores faixas da escravaria. Ou seja, as faixas F4 e F5 de escravos estavam concentradas nas mãos de apenas 8 proprietários, sendo que, entre as duas menores faixas de fortuna nenhum dos inventariados tiveram para mais de 21 escravos. Em outras palavras, isto

significou, por exemplo, que na F5 (+ de 30 escravos) onde encontra-se o número 5, dentre os 10 indivíduos representados pelas maiores faixas de fortuna, 5 possuíam mais de 30 escravos, ou seja a metade dos detentores das maiores fortunas. Do mesmo modo, dentre os 10 mais ricos 2 possuíam de 21 a 30, e assim por diante.

Outra indicação significativa na tabela foi que dentre os 19 indivíduos de menor fortuna (até 6 contos) estes também não abriram mão da posse de seus escravos sendo representados entre a F1 (1 a 5 escravos) e as faixas F2 e F3. Ou seja, 8 dos 19 indivíduos mais pobres (até 6 contos), possuíam de 1 a 5 escravos, 8 possuíam entre 6 e 20 escravos, e apenas 3 deles não possuíam escravos ao fim da vida.

Com expressividade, do mesmo modo, conforme se constatou, foram os representantes das fortunas médias. Dentre os 12 indivíduos, 3 possuíam na faixa de 1 a 5 escravos, outros 3 possuíam a faixa de 11 a 20, e por fim, metade (6) deles não possuíam escravos. Mais equilibrada ainda foi a faixa de fortuna de 12 a 32 contos em que apenas não houve representantes na F2(6 a 10) e em que apenas 1 indivíduo desta faixa de fortuna não possuía escravos (S/E), sendo a posse de escravos para esta faixa concentrada na F3 (6 indivíduos possuíam entre 11 a 20 escravos).

Em relação às dívidas ativas, como vimos na Tabela da composição geral da riqueza, foi um dos ativos também concentrados entre os inventários que conformaram as grandes e maiores fortunas. Separadamente, dentre os 52 inventariados, 59,62% apresentaram dívidas ativas. As dívidas em média oscilaram entre os valores de 500\$000 (quinhentos mil réis) até cerca de 37:000\$000 (trinta e sete contos de réis), e puderam ser representadas como demonstrado na tabela a seguir:

Quadro 3
Percentual de inventários com presença de Dívidas ativas

<i>Dívidas Ativas (contos de réis)</i>	<i>Nº de proprietários</i>	<i>%</i>
até 500\$000	7	19,44%
500\$000 a 1 conto	5	13,89%
1 a 5 contos	10	27,78%
5-10 contos	4	11,11%
+ de 10 contos	5	13,89%
Sem dívidas ativas	5	13,89%
Total	36	100%

Fonte: Inventários *post-mortem* do AHCSM.

Devido a grandes variações quanto aos valores das dívidas ativas dentre os alistados, optamos então por dividi-los em 5 faixas. Nestes inventários, para quase todos os casos, as dívidas apareceram listadas sistematicamente como os demais bens, e em alguns poucos, distribuídas entre a listagem, mas ainda assim não impossibilitou a contabilização do seu valor total. Observamos então que, os maiores valores destas dívidas, entre 10 e de mais de 10 contos, ficaram mesmo concentrados nas mãos de poucos, sendo, como já vimos, um dos ativos mais importantes para as duas maiores faixas de fortuna, perdendo somente para a posse de escravos (Quadro1).

Pela tabela acima percebe-se que apenas 13,89% dos arrolados eram proprietários dos maiores valores das dívidas ativas. Ressalta-se ainda que a maioria dos inventariados apresentou dívidas entre 1 a 5 contos, e que mesmo não sendo um valor tão considerável, se comparado às maiores de 10 contos, estes também não estiveram excluídos da ligação a alguma espécie de movimentação financeira ou mesmo de uma pequena rede de empréstimos.

Deve ficar claro ainda, que a porcentagem de 13,89% (5 arrolados) que não detinham dívidas ativas referiu-se apenas aos que na realidade possuíam dívidas passivas, dentre os 36 inventários com alguma espécie de dívidas. Pois, se contabilizássemos o número total, dentre o grupo trabalhado, de 52 inventariados, seriam na realidade apenas de 30,77%(16), os que não apresentaram nenhuma espécie de dívidas, 40,38% (31) os que possuíam somente dívidas ativas e 9,52% (5) os que apresentaram dívidas passivas, sendo que estas tiveram poucos registros sistemáticos como os demais bens.

Como pudemos perceber as alusões acima, reforçam o perfil do grupo com menos homens muito ricos e de mais homens pobres, revelado pelo trabalho com os inventários *post-mortem*. Para melhor compreender a disparidade econômica e o perfil social dos indivíduos abarcados pela nossa amostragem, passemos agora a uma análise comparativa entre os inventariados alistados nas listas nominativas de habitantes de 1831-1832.

2 - Aspectos da movimentação demográfica e econômica: juízes de paz agricultores e juízes de paz negociantes

Como foi possível perceber acima, as maiores riquezas detidas ao fim da vida, representada nos inventários *post-mortem*, e os maiores valores das fortunas acumuladas era característico de poucos. Diante de um universo que se apresentou ao mesmo tempo hierarquizante e tão diverso, com condições de prosperidade para poucos, além de uma pequena amostra sobre a composição da riqueza do grupo de 52 juízes, por meio da análise dos inventários e dos testamentos, cruzamos também tais fontes com as informações ajuntadas nas Listas de habitantes, organizadas nos anos de 1831-1832.

Lembramos ainda, que para um universo de 125 homens eleitos para juiz de paz, nas Freguesias do Termo de Mariana, para as quais pudemos localizar as eleições, contamos com uma amostragem de 54 inventariados (excluídos 2 que fugiam do conjunto), 36 testamentos e ainda a localização da condição, raça, idade, estado civil, distrito e ocupação para 30 indivíduos, dentre os 54, ou seja, foi possível a análise de 55,56% dos inventariados nas listas de habitantes.

Acreditamos que, a distinção da identificação social pela propriedade de escravos é tão importante quanto o perfil produtivo das unidades econômicas e os níveis de concentração da riqueza. A caracterização demográfica e as formas de produção no interior das unidades produtivas, a composição dos bens dos proprietários, a natureza da mão-de-obra empregada e os níveis de concentração da riqueza total são meios valiosos para a análise da estrutura econômica e social da região.

A presente análise, unicamente, de caráter exploratório, buscou pelo cruzamento dos nomes dos chefes de domicílios com os inventariados, o conhecimento da riqueza acumulada e algumas das unidades de produção. Os inventários permitiram a análise do perfil do processo produtivo e da escravaria para proprietários dentre as diferentes faixas da riqueza. Foi possível do mesmo modo traçar a trajetória de alguns proprietários perpassando as diferentes fontes. Esse procedimento permitiu uma análise mais completa, aprofundando as questões emergidas dos dados quantitativos.

De outro modo, diante da grande disparidade de ocupações localizadas nas listas de habitantes, necessitamos dividi-las em 2 grupos. Com tais listas cruzamos os nomes dos indivíduos eleitos para juiz de paz e que deixaram inventários. Estes foram agrupados em 2 grupos distintos, juizes agricultores e juizes negociantes, na medida em que as suas ocupações, ou as atividades econômicas, indicavam algum labor de natureza agrícola ou de negócios diversificados. Para esses 2 grupos interessaram sobretudo o inquérito demográfico e econômico.

As Listas nominativas de habitantes, datadas principalmente de 1831/1832 e 1838/1840, foram elaboradas para atender às determinações do governo provincial de Minas Gerais para levantamentos eleitorais, para o recrutamento militar ou para a tributação. A elaboração das listas era de responsabilidade dos Juizes de Paz de cada distrito dos diversos municípios mineiros.¹²

Esta documentação fornece um importante conjunto de informações para o universo das localidades. Desde o início da década de 1980 pesquisadores do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG) realizaram uma ordenada análise do conteúdo das listas e mapas de população do acervo localizado no Arquivo Público Mineiro. Organizaram assim um banco de dados que contém as listagens, possibilitando a consulta digital. Para os anos de 1831 e 1832 foram disponibilizados as listas de 40 distritos do Termo de Mariana compondo uma população total de 42.662 pessoas:

“O Censo de 1831-32 é, certamente, o mais extenso e circunstanciado levantamento populacional realizado em Minas Gerais no período pré-censitário. As listas nominativas remanescentes apresentam satisfatória cobertura e representatividade, compreendem aproximadamente 60% dos distritos de paz e da população de Minas em meados da quarta década do século XIX. Foram relacionados para cada indivíduo recenseado o prenome, a condição social, a cor/origem e a idade. Sobrenome, estado conjugal, ocupação, nacionalidade e relações de parentesco ou subordinação sócio-econômica foram informados para parcela da população.”¹³

Segundo, Clotilde de Andrade Paiva e Marcelo Magalhães Godoy nas informações dispostas nas listas de habitantes, dentre as suas variáveis, a informação de ocupação apresenta uma complexidade de categorias pela diversidade dos padrões informativos e pela inexistência de parâmetros que permitissem a verificação da consistência dos dados, sendo que para a maior parte da população arrolada não foi contemplada a ocupação. A omissão informativa foi mais incidente para crianças, escravos, mulheres livres, cor, raça, e com destaque para chefes dos fogos, relegando os demais indivíduos do fogo, subordinados ou dependentes do chefe.¹⁴

Também para estes autores as principais qualidades da economia e sociedade provinciais mineira era a diversidade regional. As várias configurações da formação natural e a diferenciada evolução histórica do processo de ocupação do território imprimiram marcantes traços distintivos entre os múltiplos espaços de Minas Gerais. Na

¹² Um estudo da origem das listas e da sua utilização como fonte histórica pode ser encontrado em PAIVA, Clotilde. *População e economias Minas Gerais do século XIX*. Tese (Doutorado)-USP, São Paulo, 1996.

¹³ PAIVA, Clotilde A., GODOY, Marcelo M. “Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas e uma aproximação da estrutura ocupacional da província de Minas Gerais.” Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A065.pdf, Acesso em 15/02/2010.

¹⁴ *Idem*, pp.3-4.

primeira metade do século XIX, as características da organização econômica e os componentes sociodemográficos evidenciavam marcantes contrastes regionais.¹⁵

Indicaram ainda que a segmentação do território provincial em unidades regionais é essencial à avaliação da representatividade, assim como a qualquer intenção de análise conjunta dos dados arrolados no Censo de 1831-32. Desconsiderar a diversidade regional como atributo indissociável de Minas implica em submeter-se a sérios riscos de perceber homogeneidade e padrões universais para realidade heterogênea e fortemente vincada por particularismos.¹⁶ O que ficou claro quando nos deparamos com a diversidade tão grande dentre os inventariados da nossa amostragem.

Assim, a utilização de tais fontes possibilitam a percepção da distribuição da população no espaço, o desenvolvimento das atividades econômicas e a estrutura ocupacional. E, além disso, a categoria da ocupação determinada nas listas ajuda a compor o procedimento metodológico de cruzamento das fontes de forma a tornar o perfil produtivo das unidades mais sólido.

Ainda nos valendo dos dados organizados por Clotilde Paiva e Marcelo Godoy, em seus estudos sobre a qualidade da informação censitária em listas nominativas, os autores elaboraram uma rica amostra com listas nominativas selecionadas segundo a qualidade da informação de ocupação e a representatividade regional, e ainda uma disposição das listas nominativas do Censo de 1831/32 segundo a qualidade da informação de ocupação para toda a Província de Minas Gerais. A seguir, acomodamos e demonstramos tais dados para os referentes apenas a região de Mariana:

Classificação das listas nominativas do Censo de 1831/32 segundo a qualidade da informação de ocupação

<i>DISTRITO</i>	<i>POPULAÇÃO</i>	<i>POPULAÇÃO COM INFORMAÇÃO DE OCUPAÇÃO</i>
BARRA LONGA	263	73,4
BENTO RODRIGUES	454	32,4
BRAZ PIRES	842	2,1
CAMARGOS	352	20,7
CATAS ALTAS *	2089	80,6
CONCEIÇÃO DA VÁRZEA	494	26,5
CONCEIÇÃO DO TURVO	995	75,2
CUJETÉ	267	46,8
DESTERRO DO MELO	757	23,0
DORES DO POMBA	782	17,1
FORQUIM	1516	78,4
GUARAPIRANGA	2006	52,7
MARIANA	2972	49,2
MERCÊS DO POMBA	1860	30,2
MESTRE DE CAMPOS	536	23,1
MONJA LEGOAS	360	35,3
N. SRA DA SAÚDE	1097	52,5
N. SRA DE OLIVEIRA	839	12,5
N.S. DAS NEVES DA BOA VISTA	1005	82,2

¹⁵ *Idem.*

¹⁶ *Idem*, p. 7.

PASSAGEM	918	75,5
PINHEIRO	1113	11,7
REMÉDIOS	1337	76,8
SANTA RITA DO TURVO	1831	17,1
SANTANA DO DESERTO	1942	77,5
SANTO ANTÔNIO DO BACALHAU	440	14,1
SANTO ANTONIO DO CALAMBAO	1407	45,5
SÃO CAETANO	989	53,0
SÃO DOMINGOS	1308	35,7
SÃO GONÇALO	948	21,8
SÃO GONÇALO DO UBÁ	912	78,0
SÃO JOSÉ DO BARROSO	1756	14,6
SÃO JOSÉ DO CRATO	369	36,6
SÃO JOSÉ DO PARAPEBA	1138	13,3
SÃO MANOEL DO POMBA	1305	69,3
SÃO SEBASTIÃO	602	31,7
STA RITA DA MEIA PATACA	753	76,8
SUMIDOURO	507	30,2
TAPERA	1267	11,3
TOTAL	40328	1604,4

Fonte: PAIVA, Clotilde A., GODOY, Marcelo M. “Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas e uma aproximação da estrutura ocupacional da província de Minas Gerais.” Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A065.pdf, pp.19-22. Acesso 15/02/2010.

Para várias dessas localidades de Mariana, classificadas acima, encontramos a ocorrência de eleições para juiz de paz. As eleições mais representativas foram as de Furquim (13) e Sumidouro (12), Distritos incluídos também, como visto acima, dentre os mais populosos. No quadro abaixo lançamos as quantidades de eleições ocorridas nas localidades:

Quadro 4
Quantidade de eleições por localidade.
Mariana, 1829-1841

<i>Localidade</i>	<i>Nº de eleições</i>
Antônio Pereira	2
Camargos	9
Catas Altas	1
Furquim	13
Guarapiranga	6
Inficionado	5
Mariana	1
Paulo Moreira	3
Piranga	1
Pomba	2
Santa Rita da Meia Pataca	1
São Caetano	3
São Januário do Ubá	1
São Miguel e Almas	2
São Sebastião	3
Saúde	2

Sumidouro	12
Total	67

Fonte: AHCMM. Série Atas de Eleição. Códices: 20,67, 393, 409, 422, 431, 441, 537, 553, 625. Série Miscelâneas. Códices: 685, 694, 720, 726, 734, 735, 747, 751.

Em análise dos testamentos procuramos localizar a naturalidade destes juizes eleitos e as suas possíveis migrações. A partir dos testamentos podemos traçar elementos importantes para a diferenciação regional, e as tendências da migração ou não pelo interior do Termo de Mariana:

Quadro 5
Distribuição dos juizes de acordo com a naturalidade

<i>Naturalidade</i>	<i>Número de juizes</i>
Barra Longa	1
Calambao	1
Catas Altas	1
Furquim	2
Guarapiranga	4
Inficionado	1
Mariana	2
Ouro Preto	1
Ponte Nova	3
Portugal	8
São José	1
São Sebastião	2
Sumidouro	2
Outras Comarcas	2
N/C	5
Total	36

Fonte: Testamentos do AHCSM.

Pode-se observar que a maioria dos juizes, para os quais obtivemos informação, nasceu em Portugal. Destaca-se ainda que dentre os 8 naturais de Portugal, 3 deles puderam ser localizados entre os detentores das maiores fortunas (de + de 32 contos) e 2 entre as grandes fortunas (12 a 32 contos), dentre as 4 faixas de fortunas estabelecidas no Quadro 1. Dentre os 125 juizes eleitos 24,80% (31) puderam ter a naturalidade localizada.¹⁷

Rastreando, e cruzando os dados, podemos situar ainda a movimentação dos 3 detentores das maiores fortunas que nasceram em Portugal, como descrito abaixo.

¹⁷ Carla de Almeida lembrou que para este tipo de investigação a documentação mais adequada são os registros paroquiais, principalmente os de batismo e casamento. Inventários e testamentos foram aqui utilizados apenas como indicação de algumas tendências. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens Ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas Colonial: 1750-1822*. 2001. Tese (Doutorado)-UFF, Niterói, 2001, p.208.

Buscamos localizar onde cada indivíduo foi eleito, a sua moradia e onde faleceu, um procedimento conveniente já que possuímos os seus locais de nascimento.

Dentre os três nascidos em Portugal, 2 se estabeleceram e morreram em Furquim. Um deles era o Alferes Antônio José de Souza Guimarães que havia sido eleito para juiz de paz por três eleições, 1829, 1821 e 1836, na Freguesia de Furquim. Faleceu em 1852 em sua Fazenda do Bom Sucesso em Ponte Nova, distrito da mesma localidade. O outro, o Capitão João Carvalho de Sampaio, faleceu também em Furquim, na Fazenda da Conceição, em 1848, sendo que este último havia sido eleito para juiz de paz por cinco eleições nos anos de 1829, 1832, 1833, 1836 e 1840 também em Furquim. Por fim, o terceiro, o Capitão Antônio Luis Soares falecido em 1848 em sua fazenda do Gama, em São Caetano, onde foi eleito para juiz de paz em 1829. Assim, ao que parece, estes homens afortunados vindos de Portugal se estabeleceram e permaneceram naquelas regiões.

Voltando as listas nominativas uma análise que também fez uso destas fontes trata-se do trabalho de Leandro Braga de Andrade. As principais fontes utilizadas foram as listas nominativas de habitantes de 1819-1822, 1831-1832 e 1838-1840, os inventários *post-mortem* de chefes de domicílios e as Relações de Engenhos e Casas de Negócio de 1836. Utilizando de recursos do método quantitativo e da demografia histórica o autor procurou mostrar a elasticidade e a indefinição que decorreram da tentativa de identificar o setor camponês da economia mineira na primeira metade do século XIX.¹⁸

Em sua pesquisa o autor delineou o perfil de duas localidades do Termo de Mariana: a freguesia de Furquim, tendo como contraponto o distrito da cidade de Mariana, na primeira metade do século XIX. As listas de habitantes permitiram analisar a composição social e econômica dos domicílios destas duas localidades. A ocupação, idade, cor, condição e estado conjugal dos membros do fogo forneceram um panorama das atividades econômicas ali desenvolvidas e da representação social em que estavam inseridos.¹⁹

Tomando como base as informações sobre os chefes de domicílios, Leandro Andrade analisou as ocupações para delimitar as principais atividades econômicas das duas localidades. Para a sede do Termo, percebeu uma certa importância das atividades burocráticas, eclesiásticas, mas também do importante papel das atividades artesanais, do comércio e ainda das atividades mineradoras. Já para a freguesia de Furquim, revelou-se a predominância dos empreendimentos rurais e das atividades de fiar.

Trabalhando com o critério de tamanho da posse de escravos o autor definiu grupos sociais, assim como a diferenciação sócio-econômica, sendo a propriedade de escravos o principal definidor da distinção econômica entre os chefes de domicílios e inventariados de Furquim. O cruzamento e superposição das listas de habitantes de 1831/32, 1838/40 e inventários *post-mortem* puderam revelar importantes traços dos proprietários e também dos trabalhadores livres e escravos das localidades. E com o destaque de que, Mariana foi, nesse período, o município mineiro com o maior número de engenhos e casas de negócio da província.

O autor percebeu que a disponibilidade de terra livre, a dinamização do comércio de derivados de cana, milho, feijão, café e a criação de animais, e mesmo a necessidade de sobrevivência, atraiu muitos homens para os distritos agrícolas do termo

¹⁸ ANDRADE, Leandro Braga de. *Senhor ou Camponês? Economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX, Mariana: 1820-1850*. Dissertação de Mestrado-UFMG, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo-Horizonte, 2007.

¹⁹ *Idem*, p. 40.

de Mariana. Assim, definiu efizcamente e não diferentemente da concordância da maioria dos trabalhos até aqui abordados que:

“O desenvolvimento de um intenso mercado local possibilitou a difusão da propriedade de escravos entre as várias categorias ocupacionais. Assim, em Mariana, não havia apenas um setor econômico definidor da concentração dos bens e da estratificação social, o comércio, a mineração e até mesmo a agricultura, talvez abarcassem os homens mais abastados da cidade. Não se pode ignorar o acesso de sapateiros, alfaiates, pintores, costureiras e fiandeiras à pequena propriedade de cativos, o que lhes conferia certo posicionamento social. Portanto, não era apenas a atividade econômica exercida pelos indivíduos que definia o seu lugar social, mas a forma como eles se introduziram nas redes de relacionamentos, de prestígio e no acesso ao aparelho administrativo e religioso da região.”²⁰

A análise cruzada das listas de habitantes e inventários revelou uma Minas rural, marcada pela dinâmica de possibilidades, pela instabilidade dos pequenos empreendimentos agrícola e pela diversidade das trajetórias individuais, especialmente para as camadas mais pobres e para os setores intermediários. A extensa freguesia de Furquim estava repleta de exemplos de homens ricos que ampliaram e/ou consolidaram seus negócios com o surto da agropecuária comercial.²¹ A criação para a comercialização de bovinos e suínos e a grande presença de mulas, bestas, éguas, cavalos e *bois de carro* revelaram que, em geral, as próprias fazendas eram responsáveis pelo transporte e comércio das mercadorias produzidas.²²

Para o nosso grupo vimos que os juízes eleitos estavam espalhados por várias localidades do Termo o que só vem a reforçar a tamanha diversidade, não apenas do grupo, mas da própria região. Em busca do perfil social e econômico do grupo aqui enfocado, atentando tanto para as diferenças como para as semelhanças entre ele, passamos então a analisá-los mais detidamente. A análise recai sobre aqueles inventariados que tiveram a ocupação mencionada nas listas de habitantes de 1831-1832, sendo divididos em 2 grupos totalizando um número de 25. Foram 20 os agricultores e 5 os negociantes, relacionando assim a ocupação ao status socioeconômico dos indivíduos, e a produção que garantiria a sua posição social.

Quadro 6
Média das fortunas dos juízes agricultores e negociantes

<i>Juízes</i>	<i>Nº</i>	<i>Fortunas (em mil réis)</i>
Agricultores	20	21:477\$446
Negociantes	5	13:169\$730

Fonte: Inventários *post-mortem* do AHCSM.

²⁰ *Idem*, p.55

²¹ *Idem*, pp. 107-115

²² *Idem*

A maioria dos inventariados apresentou uma composição de bens muito diversificada. Os considerados agricultores tiveram em seus inventários uma maior diversidade de bens, desde engenhos, paiol, plantações, animais, enfim bens ligados a algum tipo de produção interna em suas terras.

Demonstramos a seguir, nos quadros 7 e 8, a soma dos bens para os 2 grupos, em comparação com as faixas de fortuna estipuladas anteriormente (Quadro 1). Verifica-se uma distribuição ajustada entre os agricultores, que em número de 20, ficaram distribuídos em número de 5 para cada uma das 4 faixas de fortunas. Já entre os negociantes foram localizados 2 inventários entre a menor faixa de fortuna e os outros três distribuídos entre as 3 maiores faixas.

Quadro 7
Monte-mor dos juizes agricultores por faixa de fortuna*

<i>Faixa de fortuna</i>	<i>Nº de inventários</i>	<i>Monte-mor</i>					<i>Total</i>
Pequenas Até 6	5	2:365\$61	4:583\$500	4:689\$550	4:991\$528	5:070\$036	21:700\$224
Médias 6-12	5	7:992\$38	9:038\$000	9:486\$600	10:196\$900	10:313\$200	47:027\$08
Grandes 12-32	5	14:711\$62	16:231\$583	20:015\$790	24:400\$580	31:397\$167	82:356\$16
Maiores + 32	5	34:268\$324	36:255\$62	52:830\$807	64:458\$581	66:251\$540	254:064\$872

Fontes: Inventários *post-mortem* do A.C.S.M. Listas Nominativas 1831-1832. CEDEPLAR/UFGM. *Seleção a partir do cruzamento dos inventariados listados como agricultores nas Listas de habitantes de 1831-1832.

Quadro 8
Monte-mor dos juizes negociantes por faixa de fortuna*

<i>Faixas de fortuna (em mil-réis)</i>	<i>Nº de inventários</i>	<i>Monte-mor</i>
Até 6	2	3:950\$118
6-12	1	9:699\$220
12-32	1	13:313\$742
+ 32	1	38:885\$563
Total	5	65:848\$643

Fontes: Inventários *post-mortem* do AHCSM. Listas Nominativas 1831-1832. CEDEPLAR/UFGM.

A maioria dos agricultores apresentou um monte-mor superior aos negociantes. Se a estes dados aliarmos a posse de cativos e tamanho dos plantéis, observamos que, os agricultores empregavam um maior número de escravos, ou seja, o desenvolvimento das atividades agrícolas demandava um maior número de escravos do que as atividades dos negociantes:

Quadro 9
Distribuição do plantel de escravos de acordo com a ocupação

Ocupação dos juízes	Nº	Tamanho do plantel		
		Africanos	Brasileiros	N/C origem
Agricultores	20	162	255½	79
Negociantes	5	3	13	1
Total	25	165	268½	80

Fonte: 25 Inventários *post-mortem* do AHCSM. Listas Nominativas 1831-1832. CEDEPLAR/UFMG.

O mesmo ocorre quando observamos a distribuição do número de animais. Carla de Almeida observou que no decorrer da segunda metade do século XVIII a tendência à diversificação econômica presente desde os primórdios da ocupação foi se aguçando e os produtos agropecuários passaram a desempenhar papel preponderante na economia da capitania, anteriormente ocupado pelo ouro. Sobre o peso das atividades agropecuaristas e mineradoras na capitania percebeu que a distribuição das roças e dos escravos nelas empregados, entre as comarcas, era relativamente equilibrada se comparadas com a distribuição das lavras e fazendas. Concluiu que as atividades agropastoris estavam muito mais difundidas na capitania de Minas Gerais do que a mineração, contrariamente ao que a historiografia tradicional afirmara.²³

Mariana foi o termo mais globalmente afetado pela crise da mineração. Tanto no campo quando no meio rural registrou-se uma queda considerável na riqueza de seus habitantes. No campo o decréscimo na riqueza média possuída foi menor, mas, ainda assim significativa (15,9%). Em Mariana a principal produção pecuária era de suínos.²⁴ De acordo com a autora uma típica propriedade do período conjugava a extração mineral com a produção agropecuária pois parecia ser a opção econômica para aqueles que tinham possibilidade de acesso à terra e à mão-de-obra escrava na Comarca de Vila Rica:

*“O caráter secundário da agropecuária só seria revertido a partir da década de 1780, a produção agropecuária era capaz de gerar um excedente que podia ser comercializado, e possibilitava o abastecimento interno da propriedade e a redução dos custos nas unidades produtivas.”*²⁵

²³ ALMEIDA, op. cit., pp.62-63

²⁴ *Idem*, p.78

²⁵ *Idem*, p. 90

Para a autora o aumento surpreendente da presença do gado muar entre os proprietários confirmou a maior mercantilização da produção agropecuária de Minas Gerais no segundo período em questão. Na Comarca do Rio das Mortes, de 2% passou-se a 22,3% de proprietários possuidores de muares do primeiro para o segundo período e na Comarca de Vila Rica passou-se de 4,5% para 33,1% de propriedades com a presença de muares:

“O rebanho de suínos era muito menos difundido entre a população das Minas Gerais do que o de bovinos. Na Comarca de Vila Rica, enquanto 28,8% das propriedades no primeiro período e 34,6% no segundo, possuíam gado vacum, somente 15,2% e 25% das unidades produtivas registravam a presença de suínos. No Rio das Mortes, temos 51% e 48,8% de inventários com a presença do gado bovino contra 37,3% e 34,9% com suínos.”²⁶

Para a nossa pequena amostragem o maior destaque foi para os animais bovinos entre os 2 grupos de juízes. O interessante foi observar a maior presença dos animais muares entre os negociantes que condiz com as proposições da utilização deste tipo de gado para o transporte de mercadorias:

Quadro 10
Distribuição dos animais de acordo com a ocupação

Ocupação	Nº de inventários	Bovinos	Equinos	Muares	Suínos
Agricultores	20	743	195	124	131
Negociantes	2	18	3	37	0
Sem animais	3	-	-	-	-
Total	25	761	198	161	131

Fonte: 25 Inventários *post mortem* para os quais foram empregadas as ocupações. AHCSM. CEDEPLAR/UFMG

A grande presença de bovinos reflete a maior dinamização da agricultura, principal atividade em que eram utilizados, ou mesmo para a comercialização, assim como os eqüinos, dentre os agricultores. A pequena quantidade de eqüinos dentre os negociantes reflete a possibilidade de sua criação ser apenas voltada para uso doméstico.

Conclusão

²⁶ *Idem*, pp.137-138

Para o grupo pesquisado, no extenso município de Mariana, na primeira metade do século XIX, configurava-se o cumprimento das determinações administrativas e judiciárias do Império, representadas pela frequência e quantidade das eleições para juiz de paz.

Buscou-se aqui uma simples contribuição com a abordagem apresentada para o entendimento do mercado interno como propulsor de acumulação e riqueza no âmbito regional, e, além disso, a explanação das figuras de maior prestígio na região que traziam consigo o reconhecimento e a popularidade local ao serem eleitos para o cargo de juiz de paz das suas comunidades, sendo ainda indivíduos de elevados estratos sociais.

A abordagem de temas como a propriedade de escravos e a diversificação econômica, ou mesmo, a coincidência entre a riqueza e a posse de cativos se sobressai ao investigarmos os âmbitos e as atividades econômicas em que poderiam se definir a estratificação social e econômica de Minas Gerais.

Para a região de Mariana não foi diferente como já demonstrado em uma diversidade de trabalhos. Na análise dos inventários percebe-se a concentração da riqueza e da posse de cativos. Da análise e cruzamento das listas de habitantes, inventários e testamentos, a todo instante emergem a diversidade regional e das unidades produtivas que propiciaram importante acumulação e riqueza.

Fontes

Fontes manuscritas:

ARQUIVO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA/AHCMM:

AHCMM 8 Livros de Atas, Atas de Eleições (1829-1848),

AHCMM Lei de 1º de Outubro de 1828,

AHCMM 2 Registros de Decretos (Leis e Decretos, 1827-1829/1825-1831),

AHCMM Livros de Censos (1837/1831-1932),

AHCMM 6 Livros de Censos. Guarda Nacional. Alistamento de Eleitores (1833-1849/1831-1845),

AHCMM 36 Livros Outros. Miscelâneas (1720-1900). (Contém correspondências).

ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA/AHCSM:

AHCSM 54 Inventários post-mortem e 36 Testamentos 1º e 2º Ofícios.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO/APM:

APM Seção Provincial – Mapas de População

Censo de 1831/32 (banco de dados CEDEPLAR/UFMG)

Fontes Publicadas:

LEI de 1º de Outubro de 1828. Disponível em: http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp_20.pdf. Acesso em 20/04/2009.

LEI de 29 de Novembro de 1832. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm. Acesso em: 22/04/2009

LEI Nº 261, de 3 de Dezembro de 1841. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM261.htm. Acesso em: 22/04/2009.

Bibliografia

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens Ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas Colonial: 1750-1822*. 2001. Tese (Doutorado)-UFF, Niterói, 2001.

_____. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana 1750-1850*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói. ICHF/UFF, 1994.

_____. e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (orgs.). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de fora: Ed. UFJF, 2006.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Entre a roça e o engenho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Viçosa: Ed. UFV, 2008.

ANDRADE, Leandro Braga de. *Senhor ou Camponês? Economia e Estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana: 1821-1850*. Dissertação de Mestrado. PPGH/FAFICH- UFMG, Belo-Horizonte, 2007.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites Regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

ANTUNES, Álvaro de Araújo. *Espelho de cem faces: o universo relacional de um advogado setecentista*. São-Paulo/Annablume: PPGH/UFMG, 2004.

BOXER, Charles R. *O império marítimo português. 1415-1825*. São Paulo; Companhia das Letras, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FLORY, Thomas H. *El juez de paz e el jurado en el Brasil imperial, 1808-1871: Control social y estabilidad política en el nuevo Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986

FRAGOSO, João Luíz Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. “Alternativas metodológicas para a história econômica e social: micro-história italiana, Fredrik Barth e a história econômica colonial.” In: ALMEIDA, Carla de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de, (Orgs.). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

_____; BICALHO, Maria F.; GOUVÊA, Maria de F. (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. e FLORENTINO, Manolo Garcia. *O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro. 1790- 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GINZBURG, Carlo. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991, p. 169-178.

GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *Fontes para a história do comércio de Minas Gerais: São João Del Rei (1831-1888)*. In.: BOTELHO, Tarcísio R. *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: Anpuh-MG, 2001.

HEINZ, Flávio M. (Org.) *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HESPANHA, Antônio Manoel. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal – século XII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

_____. “Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da história das elites”. In: BICALHO, Maria Fernando e FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Orgs.). *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

JANCSÓ, István (org). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC, FAPESP; Unijuí, 2003.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar. “Fontes para o estudo da Província de Minas Gerais”. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues...[et. al]. In: *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: Anpuh, 2001.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MARTINS, Roberto Borges. *Minas e o tráfico de escravos no século XIX outra vez*. In.: SZMRECÁNYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral (orgs) *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: HUCITEC, 1996. P.99-130.

NEQUETE, Lenine. *O poder judiciário no Brasil após a Independência*. Porto Alegre: Sulina, 1972.

PAIVA, Clotilde A. *População e economias nas Minas Gerais do século XIX*. Tese doutorado. USP. São Paulo. 1996

PIRES, Maria do Carmo. “Termo de Vila de Nossa Senhora do Carmo/Mariana e suas freguesias no século XVIII”. In: *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2008.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RUSSEL WOOD, A. J. O governo local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural. In: *Revista de História*. São Paulo: v.55, ano XXVIII, 1977.

SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto. Estado e sociedade nas minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo. Editora Hucitec. 1997.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça Minas Gerais, século 19*. São-Paulo: Edusc/Anpocs, 2004.

VENÂNCIO, Renato Pinto. “Estrutura do Senado da Câmara (1711-1808)”. In: *Termo de Mariana. História e Documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

VIEIRA, Rosa Maria. *O Juiz de Paz: Do Império a nossos dias*. 2 ed., Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.